

# O GASTO ALUNO-ANO NO ESTADO DO PARANÁ E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO ESTADO<sup>1</sup>

**Andréa Barbosa Gouveia**  
UFPR  
andreabg@ufpr.br

**Isabelle Fiorelli Silva**  
UEL  
fiorelli@uel.br

**Resumo:** O trabalho apresenta uma avaliação do gasto-aluno-ano no Estado do Paraná considerando o tamanho dos municípios e o pertencimento ou não a Regiões Metropolitanas do Estado. Para isto utilizaram-se os dados financeiros disponíveis na Secretaria do Tesouro Nacional (FINBRA) e dados de balanços municipais. Problematiza-se os limites da redistribuição de recursos decorrentes das políticas de fundos (FUNDEF e FUNDEB) no contexto paranaense e a manutenção das desigualdades de oferta educacional em contextos de metropolização.

**Palavras chave:** financiamento da educação; Fundef; gasto-aluno-ano.

A última década da política educacional brasileira colocou em evidência o debate sobre os recursos para educação, especialmente na forma de fundos estaduais; tal pauta tem relação direta com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) em 1996. Neste contexto a proposta do artigo é analisar como o gasto-aluno-ano tem-se desenvolvido no Paraná e nas duas Regiões Metropolitanas (RMs) do estado.

O Paraná tem 399 municípios e conta com um regime de colaboração, construído por indução do governo do Estado no início da década de 1990, que resultou em uma divisão da oferta de ensino fundamental entre as redes municipais e a rede estadual. Quando se considera o movimento que os investimentos em educação tiveram neste mesmo período, observa-se que este não acompanhou a direção da matrícula. Considerando as diferenças de ritmo de crescimento da matrícula em redes municipais e estadual, as condições de oferta de educação, mensuradas aqui pelo gasto-aluno-ano realizado, tenderam a ser mais favoráveis à rede estadual, que ampliou os investimentos, entretanto diminuiu a oferta de vagas em 6% no período. De outro lado o incremento de recursos da rede municipal subsidiou uma ampliação de 3% na oferta de vagas.

As condições da rede estadual e das redes municipais são diferenciadas, porém cabe destacar que a média entre as redes municipais esconde mais desigualdades, pois neste caso, são condições de desenvolvimento econômico e sociais diferenciados que estão em questão. Assim, propõe-se observar as condições de financiamento considerando as diferenças de tamanho entre os municípios e a situação da aglomeração urbana.

A média do gasto-aluno-ano nas cidades que não pertencem as RMs foi maior que a média

---

<sup>1</sup> Artigo é decorrente de pesquisa financiada no âmbito do Programa Observatório da Educação CAPES/INEP.

daquelas que pertencem à RMs, e levemente maior que a média geral do Estado. A situação entre as cidades que não compõe RM foi de diminuição em 29% do desvio padrão em torno das médias de recursos aplicados, enquanto no caso das cidades incluídas em RMs o desvio padrão teve um aumento de 26%. Se considerarmos os dados destas variáveis com dados de controle por tamanho dos municípios é possível inferir que a política de redistribuição de recursos tem beneficiado cidades grandes nas RMs, o que justifica um olhar mais cuidadoso sobre a situação destes aglomerados que respondem por 37% da população paranaense. Observa-se que em todo o período os municípios menores apresentam os menores gastos por aluno, ainda que com crescimento constante dos investimentos.

As medidas aqui escolhidas como comparativo da qualidade dos gastos nas RMs evidenciam a manutenção de desigualdades intra-regionais; ausência de articulação das políticas de financiamento na região metropolitana, ainda que o fenômeno da integração populacional seja uma realidade; desigualdade de condições de oferta no conjunto das matrículas da educação básica decorrente de políticas diferenciadas entre as redes de ensino. Estas questões permitem problematizar a insuficiência da política de fundos em um contexto em que não houve a presença de recursos da complementação da União, como é o caso paranaense. Aqui a política de fundos parece apenas amenizar diferenças de investimento, porém estas ainda continuam a depender fortemente das decisões de investimento local e do desenvolvimento econômico das cidades, que podem explicar a manutenção de patamares completamente distintos de investimento em educação.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARREIRA, D; PINTO, J M. *Custo aluno-qualidade inicial: rumo à educação de qualidade no Brasil*. São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.
- CASTRO, J A. *Financiamento da educação pública no Brasil: evolução dos gastos*. In: OLIVEIRA, R P e SANTANA, W (org.). *Educação e federalismo no Brasil*. Brasília: Unesco, 2010.
- NUPE/UFPR, *Relatório científico do projeto de pesquisa: Políticas educacionais e qualidade do ensino: as relações entre o investimento financeiro em educação, as condições de qualidade, o perfil da demanda educacional e o desempenho estudantil no estado do Paraná*. Curitiba-PR, 2008.